



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO N. , DE 2019

(Do Sr. Carlos Veras)

Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, para debater a respeito de problemas vivenciados por famílias dos perímetros irrigados do Sistema Itaparica.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, para debater a respeito de problemas vivenciados por famílias dos perímetros irrigados do Sistema Itaparica, relacionados a atrasos nos pagamentos dos serviços de fornecimento de energia e de operação, bem como quanto ao não cumprimento de itens acordados com o governo federal, por meio da Chesa e da Codevasf, no ano de 1986.

JUSTIFICAÇÃO

O reassentamento de Itaparica é fruto da área inundada pela usina denominada UHE Luiz Gonzaga - Lago de Itaparica, que se estende por 150 quilômetros e cobre uma superfície de 83.400 hectares dos estados da Bahia e de Pernambuco. Atingiu aproximadamente 10,5 mil famílias que moravam na área inundada, das quais 4,6 mil na zona urbana e 5,9 mil na zona rural, incluídas 200 famílias indígenas da tribo Tuxá.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **CARLOS VERAS (PT/PE)**

Para a realocação das populações urbanas afetadas foram construídas as seguintes cidades: Petrolândia e Itacuruba, em Pernambuco, e Rodelas, Barra do Tarrachil e Glória, na Bahia. Para atendimento da população rural, foram construídos e implantados nove perímetros de irrigação, que hoje se encontram em condições operacionais.

Entre 2015 e 2016 foi criada uma Mesa de Negociação e Resolução sobre o Sistema Itaparica, composta por Secretaria Geral-PR, SEAD, MI, MF, CHESF, CODEVASF, CONTAG, FETAPE, Polo Sindical, com a finalidade de construir uma proposta de autogestão para os perímetros e garantir a contrapartida das famílias nos custos com água, energia, e serviços de operação e manutenção. Lamentavelmente, a iniciativa foi suspensa no fim do ano passado.

Em razão do exposto, mostra-se relevante a realização de debate pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, visando buscar soluções para os problemas que as famílias do Sistema Itaparica hoje vivenciam.

Sala da Comissão, em de março de 2019.

Dep. Carlos Veras

PT/PE